

Agora é legal: lojas poderão ocupar seis metros a mais

Câmara aprova em primeiro turno lei que regulariza invasões do comércio

Acervo CPDoc JB

Norma Moura

A Câmara Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, o projeto de lei que oficializa os famosos *puxadinhos*, invasões de área pública por comerciantes do Plano Piloto. O parecer favorável do relator Leonardo Prudente (DEM) à expansão dos *puxadinhos* para até seis metros nos fundos das lojas foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Fundiários, antes de ser aprovado em primeiro turno no Plenário. Foram 21 votos favoráveis ao projeto de lei. O único voto contrário foi o do deputado José Antônio Reguffe (PDT), enquanto a deputada Erika Kokay (PT) se absteve. Hoje os deputados voltam a discutir o projeto, incluindo as emendas apresentadas pelo PT.

O projeto encaminhado pelo Executivo recebeu 22 emendas, incluindo a do relator, aumentando os *puxadinhos* de cinco para seis metros nos fundos das lojas, depois de ser tema de reuniões com as bancadas do governo e da oposição, a secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente e empresários interessados. Além das emendas aprovadas ontem, os distritais discutem hoje as três emendas do deputado Paulo Tadeu (PT), feita a pedido dos empresários do setor, e duas da bancada do PT, que estão dentro do acordo firmado entre as lideranças dos partidos.

Comerciantes e trabalhadores de bares, restaurantes e lojas lotaram ontem as galerias da Câmara para pressionar pela aprovação da medida. Eles querem que as invasões, que ocorrem há anos, sejam regularizadas para poderem trabalhar sem medo da fiscalização.

O líder do Governo na Câmara,



BAR NO PLANO PILOTO – Área legalizada, pelo novo texto, passará de cinco para seis metros

Leonardo Prudente, defendeu a aprovação em primeiro turno.

- Todos vão ganhar com esse projeto - afirmou - Agora temos normas que vão deixar a população dormir em paz e, ao mesmo tempo, permitir que os empresários desenvolvam a economia, gerando empregos e renda para a cidade - vislumbrou o distrital.

Silêncio da meia-noite

O projeto ainda pode sofrer alterações hoje. A primeira emenda apresentada pelo deputado Paulo Tadeu (PT) prevê a diminuição dos corredores entre os blocos comerciais destinados à passagem de pedestres, reduzindo-as para até um metro. Pelo projeto original, esses

corredores deveriam ter, no mínimo, dois metros de largura. A outra emenda dispensa o isolamento acústico para os estabelecimentos em que a música pare às 24h.

Pelo projeto do Executivo, qualquer estabelecimento que queira executar música mecânica ou ao vivo deve investir em isolamento do ambiente. A medida pretende atender as reivindicações dos moradores das quadras residenciais, que reclamam do som alto dos bares, que ultrapassam o horário permitido para barulho e atrapalham o sono dos moradores. A última emenda prevê a manutenção das mesas e cadeiras na calçada em frente aos bares.

Segundo o deputado Cabo Pa-

trício, as emendas apresentadas pela bancada do PT respeitam os acordos firmados após cinco meses de debates entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério Público. Elas prevêm a colocação de placas de sinalização avisando que os corredores de 2m são passagens de pedestres, e a redução para 1% da cobrança sobre áreas não edificadas. Pelo projeto original, seria cobrado 5% do valor do IPTU sobre essas áreas, contra 1% sobre as áreas edificadas.

- O percentual tem de ser igual, uma cobrança única e padronizada - defende Patrício - isso seria mais justo com os empresários, que vão ter despesas para se adequar às novas regras - explica o distrital.